

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LIE MAEDA

**O IMPACTO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DO
PEDAGOGO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DO
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ**

MARINGÁ

2012

LIE MAEDA

**O IMPACTO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DO
PEDAGOGO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DO
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
pedagogo.

Orientação: Profa. Tânia dos Santos Alvarez
da Silva

Coordenação: Profa. Renata Marcelle Lara
Pimentel

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Tânia dos Santos Alvarez da Silva
(Orientadora)

Prof^a. Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula
(Universidade Estadual de Maringá)

Prof^a. Márcia Cristina Amaral da Silva
(Universidade Estadual de Maringá)

MARINGÁ

2012

O impacto da disciplina de Libras na formação do pedagogo: uma análise da experiência dos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

A inserção da disciplina de Libras – Língua Brasileira de Sinais – no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é muito recente, datado do ano de 2010. Portanto, a presente pesquisa tem como principal objetivo investigar o impacto dessa disciplina para os alunos e o que cada um pensa sobre a importância da Libras para a formação do pedagogo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de investigação bibliográfica somada à pesquisa de campo, tendo o questionário como recurso para coleta de dados. O questionário foi aplicado em 2010, aos alunos do segundo ano do curso de pedagogia do período matutino. Baseado nos princípios da perspectiva histórico-cultural, o estudo enfatiza a influência da linguagem para o processo de ensino-aprendizagem do aluno e destaca a importância de apropriação de saberes sobre a surdez, particularmente sobre a língua de sinais na formação do pedagogo. Ao finalizar a pesquisa, observamos que embora a disciplina de Libras se apresente dotada de um caráter de sensibilização dos alunos nela matriculados, ela apenas anuncia um universo de conhecimentos que envolvem a surdez, mas não torna o acadêmico um usuário fluente da língua.

Palavras-chave: Libras. Surdez. Formação do pedagogo.

The impact of the discipline of Libras in the professional development of the pedagogue: an analysis of the experience on pedagogy students at the State University of Maringá

ABSTRACT

The insertion of the discipline of Libras - Brazilian Sign Language – in the pedagogy course at the State University of Maringá (UEM) is very recent, dating back to 2010. Therefore, the main objective of the present study is to investigate the impact of this subject on pedagogy students and on what they think about the importance of Libras to the professional development of the pedagogue. The study was developed through research literature coupled with field research, and the questionnaire as a resource for data collection. A questionnaire was applied in 2010, the students of the second year of the pedagogy course of the morning. Based on the principles of cultural-historical perspective, the research will be developed emphasizing the importance of the language to the teaching-learning process and emphasizes the importance of appropriation of knowledge about deafness, particularly about the sign language in teacher training. At the end of the study, we found that although the discipline is presented in Libras endowed with a character of awareness of the students enrolled in it, it just announces a universe of knowledge that involve deafness but no one makes the user fluent in the sign language.

Keywords: Libras. Deafness. Professional development of the pedagogue.

INTRODUÇÃO

Inclusão é um tema muito discutido nos dias atuais, visto os impasses e os desafios da escola, do professor e também do próprio aluno com deficiências. Baseado nos princípios democráticos, a escola deve atender a todos, a fim de propiciar uma educação de qualidade, de forma igualitária, respeitando a especificidade e a singularidade de cada um.

Com relação aos alunos surdos, a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) afirma que é dever do Estado prover-lhes o acesso às escolas públicas. Porém, muitas escolas não estão preparadas para recebê-los, visto a necessidade de professores qualificados, materiais didáticos adequados, estrutura física apropriada, etc.

Segundo Lúria (1998), a falta do sentido da audição pode impor sérios limites no desenvolvimento intelectual do aluno, quando essa privação impõe o impedimento de acesso à informação. Em outras palavras, a surdez torna-se prejudicial quando o surdo não alcança o domínio de uma língua que lhe seja significativa. É ainda recente a ideia de que o surdo se apropria do conhecimento pelo uso de línguas espaço-visuais – linguagem por meio de gestos, percebidas visualmente.

Dessa forma, é por meio dessa pesquisa que pretendemos mostrar a importância da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação do professor, cuja participação é imprescindível no desenvolvimento da criança no contexto escolar.

O material teórico utilizado no desenvolvimento dessa pesquisa baseia-se na teoria histórico-cultural, especificamente vinculada aos autores Vigotski e Luria, que enfatizam a relação entre pensamento e linguagem e sua importância no desenvolvimento social e cognitivo na criança.

Ao vincular a importância da linguagem como ferramenta primordial para a comunicação, Bolsanello, Galuch e Silva (2011) relatam que a privação da linguagem gera no sujeito surdo, transtornos intelectuais, sociais e emocionais. Sendo assim, a língua de sinais atua na vida do surdo como uma forma de compensação necessária à superação dos transtornos impostos pela surdez, visto que a Libras possui recursos suficientes para representar qualquer ideia.

A Libras é a língua oficial de modalidade espaço-visual utilizada no Brasil. Cada país tem sua própria língua de sinais, fundamental para a comunicação entre os surdos e entre os surdos e ouvintes. Segundo Fernandes (2007, p.90) a língua de sinais, cuja

aquisição é dependente do contato com outros surdos sinalizadores, potencializa as possibilidades de representação e interação social de pessoas surdas¹.

O reconhecimento da Libras deu-se pela Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Porém, pela Lei Estadual 12.095 de 11 de março de 1998 (PARANÁ, 1998), essa língua já havia sido reconhecida no estado do Paraná como meio de comunicação objetivo da comunidade surda, o que foi uma grande conquista.

Visto pelo panorama, do direito à interação social, a Libras é uma importante ferramenta para a comunicação do surdo. Essa importância se verifica inclusive na escola, uma vez que por meio dela, o aluno surdo pode expressar seus pensamentos, interagir com o grupo e participar da aula. No entanto, o grupo também precisa estar preparado para receber esse aluno. Assim, para que haja essa interação, é fundamental a compreensão e a interação de todos os envolvidos com a escola. Fernandes (2007) afirma que:

[...] é difícil para o professor, sozinho, assimilar esse conjunto de novas informações relacionadas à escolarização de alunos Surdos e decidir sobre as melhores estratégias metodológicas, de modo a não ignorar suas necessidades diferenciadas e não marginalizar suas produções escritas. Por isso dada a importância da tomada de decisão aí implicada, seria oportuno que essas reflexões fossem fruto de uma discussão conjunta entre professores regentes, equipe técnico-pedagógica e professores especializados (FERNANDES, 2007, p.135).

A obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Libras como componente curricular no curso de Pedagogia é muito recente. Foi por meio do Decreto n.5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que a disciplina tornou-se obrigatória para os cursos de formação de professores de nível médio e superior e de Fonoaudiologia. Cabe lembrar que essa conquista foi muito importante para a comunidade surda, pois com a inclusão da disciplina de Libras, o futuro educador é preparado para refletir sobre maneiras diferentes de comunicação e interação com os diferentes sujeitos, sejam eles ouvintes ou não.

Na UEM o curso de pedagogia foi o primeiro a oferecer a disciplina de Libras e essa foi implantada em 2010. A disciplina foi ministrada por uma professora surda da carreira docente efetiva da UEM, durante um semestre e com carga horária de 68 h. aula.

¹ Cabe destacar que a aquisição da Libras é possível a partir da interação com usuários fluentes na língua, sejam eles ouvintes ou surdos.

Por meio dessa pesquisa, pretendemos responder à seguinte questão: “qual o impacto que a disciplina de Libras causou para os alunos do curso de Pedagogia?” Dessa forma, será preciso esclarecer na pesquisa, como sugere Gesser (2009), a importância do estudo da língua de sinais para a formação do pedagogo e como essa ferramenta é fundamental para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem da criança surda.

Lacerda (2006) discorre sobre a experiência de inclusão de um aluno surdo em escola regular, com a presença de intérprete de língua de sinais. Esta pesquisa focalizou a avaliação de aspectos acerca da inclusão do aluno surdo, alunos ouvintes, intérpretes e professores.

A autora concluiu que o aluno surdo apesar de estar presente na sala de aula é desconsiderado em suas necessidades e se cria, então, uma falsa imagem de que a inclusão é um sucesso. Nessa direção, a pesquisadora propõe a escola bilíngue para o surdo na qual os conteúdos trabalhados sejam ministrados em sua língua de domínio e que os amigos de classe e os professores partilhem com ele a língua de sinais, de modo que se estabeleça, entre surdos e ouvintes, uma comunicação efetiva, como é oportunizado aos alunos ouvintes no ensino fundamental.

Duboc (2004) aborda a importância do professor no desenvolvimento do aluno surdo e a importância de entender as peculiaridades do aluno surdo, sua identidade e sua forma de visão de mundo.

Os estudos abordados apontam para a importância do professor conhecer a trajetória da educação dos surdos, pois, desta forma, ele poderá compreender por outra ótica a importância do seu papel no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, além de valorizar a diferença como elemento significativo e não como um fator impeditivo do desenvolvimento dessa criança.

Em suma, esta pesquisa ao apresentar a história da língua de sinais e sua relação com a cultura surda e a trajetória da educação do surdo, contribuirá para o esclarecimento da importância da Libras para o processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Espera-se, por meio desta análise que os futuros pedagogos em ampla articulação com diversos setores da sociedade favoreçam a divulgação e reconhecimento social da Libras, de tal forma que essa possa alcançar status no meio social, político e econômico do país, a fim de contribuir para uma sociedade cada vez mais inclusiva.

História da Educação dos Surdos

Os surdos nem sempre foram respeitados e por muitos anos foram considerados indivíduos com falta de inteligência e incapazes de qualquer aprendizagem formal, sendo assim isolados do convívio social e privados do acesso à instrução. Este pensamento perdurou durante toda a Antiguidade e grande parte da Idade Média, diz Fernandes (2007). Nesta época, pensamentos sobrenaturais, míticos e religiosos ganhavam destaque, de tal forma que a surdez chegou a ser considerada um castigo. Os indivíduos surdos eram condenados à escravidão e muitas vezes até à morte.

A ideia da possibilidade de aprendizagem do surdo começou a surgir no final da Idade Média, Fernandes (2007) explica que:

A possibilidade de que os Surdos poderiam aprender sem a intervenção de forças sobrenaturais, míticas ou religiosas deu lugar à tentativa de muitos pedagogos desenvolverem seus trabalhos em diferentes países da Europa, compartilhando a convicção de que era possível educá-los (FERNANDES, 2007, p.32).

Em 1880, aconteceu na Itália, o II Congresso Internacional de Educação de Surdos, mais conhecido como o Congresso de Milão que foi um divisor de águas na educação dos surdos. O objetivo deste congresso era decidir qual método seria o mais eficaz para a educação dos surdos: o oralismo ou a língua de sinais. Da possibilidade de votação foram excluídos os próprios professores surdos, assim, o oralismo foi escolhido pela maioria dos representantes dos países e o uso das línguas de sinais foi oficialmente abolido, diz Sacks (1997).

Fernandes (2007) ressalta que na época do Congresso de Milão, os recursos tecnológicos na área da surdez tiveram grande destaque. Recém lançado no mercado, o aparelho de amplificação sonora individual tinha como inventor o cientista Grandbell, que estava presente no momento da votação do congresso. Compreendeu-se, portanto, que com a utilização do amplificador sonoro o indivíduo surdo poderia ouvir, não necessitando, assim, da utilização da língua de sinais.

A escola oralista supôs que se o aluno surdo dominasse a fala, o conhecimento e o desenvolvimento cognitivo também ocorreriam, explica Silva (2008). Os alunos surdos foram proibidos de utilizar a língua de sinais nas escolas e passaram a ser obrigados a

aprender a língua falada. Desta forma, não mais os professores surdos, mas os professores ouvintes passaram a ensinar os alunos surdos. O ensino foi focado na fala, passando para segundo plano as atividades das outras áreas do conhecimento, resultando a um grande retrocesso acadêmico para as pessoas surdas.

Para Goldfeld (1997) a maior falha do oralismo é a utilização de um conceito bastante “simplista” da língua, em suas palavras:

A criança surda que sofre atraso de linguagem, sem contato com uma língua natural, não tem condições de adquirir, através do ensino formal, os conceitos científicos, e, conseqüentemente, não consegue adquirir conceitos espontâneos de maior nível de generalização, já que é justamente a aquisição de conceitos científicos que impulsiona a aquisição de conceitos espontâneos mais abstratos, de maior nível de generalização. O oralismo às vezes parece ignorar estas dificuldades que o atraso de linguagem cria e continua se fixando exclusivamente na necessidade da criança surda oralizar (GOLDFELD, 1997, p.86).

O oralismo perdurou como filosofia educacional durante os anos de 1880 até meados de 1960. Durante todo esse tempo, foram os ouvintes que decidiram qual era a melhor maneira de integrar o surdo à sociedade, excluindo-os do direito à voz ou ao voto.

Diante dos baixos índices de aprendizagem dos indivíduos surdos, surge na década de 1970 uma filosofia de comunicação total, cujo o foco passa a ser a comunicação deixando de lado a língua falada. Porém, essa filosofia não durou por muito tempo, pois concluiu-se que quando duas línguas são utilizadas de forma simultânea, privilegiamos apenas uma língua, no caso a materna, e deixamos de lado a língua de sinais.

Silva (2008) ressalta que a partir do descontentamento dos educadores em relação a aprendizagem dos surdos surgiram novas maneiras de educá-los. A autora (2008) refere-se à filosofia bilíngue de educação para os surdos, como um caminho viável para educá-los:

A insatisfação dos educadores de surdos com os resultados da aprendizagem dos seus alunos após um longo período de defesa e prática do oralismo, somadas às lutas lideradas pelas organizações de surdos, possibilitou o surgimento de novos encaminhamentos pedagógicos na área da surdez. É recente, em termos históricos, o entendimento segundo o qual o surdo se apropria do conhecimento, de forma privilegiada, pelo uso de línguas espaço-visuais (SILVA, 2008, p.6).

Quadros (1997, p.27) explica o bilinguismo como uma “proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”, pois pressupõe a língua de sinais como uma língua natural e parte desta ideia para o ensino de língua escrita.

Uma educação bilíngue requer o reconhecimento da língua de sinais não somente pelo aluno surdo e pelo seu professor, mas sim pelo maior número de pessoas do seu convívio escolar. Fernandes (2007) salienta a necessidade das escolas apoiarem o auxílio fundamental dos instrutores ou professores de Libras, com o objetivo de auxiliarem no aprendizado linguístico-cultural das crianças surdas, além de propagarem o ensino da língua de sinais.

A Educação de Surdos no Cenário da Educação Inclusiva no Brasil

Nos dias de hoje, a educação inclusiva continua sendo um tema muito discutido por educadores, comunidade deficiente e profissionais das diversas áreas do conhecimento. Entendemos que o Brasil busca a melhor forma para a implementação das propostas que visam uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Recentemente, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), permitindo que as escolas especiais substituam o ensino ofertado nas escolas regulares. Assim, a inclusão das crianças especiais em escolas regulares deixa de ser obrigatória e passa a ser uma conduta preferencial.

O novo decreto foi resultado das lutas de pessoas com deficiência que viam na obrigatoriedade um desrespeito aos direitos de escolha dessa população. Assim, nessa nova perspectiva, as crianças com deficiência não são obrigadas a serem matriculadas em escolas regulares, pois as instituições filantrópicas, confessionais ou comunitárias e escolas especializadas, conveniadas com o Poder Executivo poderão, também, ofertar a educação especial.

Percebe-se que há uma grande mobilização da comunidade surda, consciente dos seus direitos, por uma educação mais justa no país, que vise uma aprendizagem de qualidade e a inclusão educacional dos surdos na sociedade. No dia 8 de junho de 2012 foi publicada uma carta aberta escrita pelos únicos sete doutores surdos brasileiros, destinada ao ministro da educação Sr. Aloízio Mercadante.

Na referida carta, os atuantes da área da educação e da linguística (2012) relatam que, embora a educação inclusiva tenha permitido a interação de todos os alunos na escola, esta não tem garantido um ensino de qualidade aos surdos, uma vez que as aulas são ministradas por uma língua que não é plenamente acessível à eles.

Portanto, os autores da carta afirmam que a escola regular não é o único e privilegiado espaço onde todas as pessoas surdas podem ter acesso ao conhecimento de qualidade. Eles afirmam que a comunidade surda, por possuir uma língua própria, a Libras, conseqüentemente necessita de escolas que adotem a língua de sinais como primeira língua para que ocorra uma instrução eficaz e um convívio social.

Dessa forma, os surdos doutores proclamam que a escola bilíngue para surdos, que compreende a utilização de duas línguas: a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda, sendo o melhor espaço para que haja o aprendizado e a inclusão educacional de surdos.

Na carta, além de esclarecerem que não são somente eles que defendem a ideia de que as escolas bilíngues sejam os melhores espaços acadêmicos para que ocorra a aprendizagem eficaz dos surdos, os doutores reivindicam que as escolas bilíngues sejam contempladas pelo Plano Nacional da Educação, garantindo sua legitimação nas Diretrizes Educacionais do Ministério da Educação, o MEC. Por fim, os autores da carta enfatizam que essa sim é uma ação verdadeiramente inclusiva, pois é uma garantia do acesso ao conhecimento dos surdos e futuramente de sua inclusão na sociedade.

Relação entre Pensamento e Linguagem

Silva (2008) ao classificar a surdez em pós-lingual e pré-lingual, explica que a primeira diz respeito ao sujeito que adquire a surdez após a aquisição da linguagem. O surdo pós-lingual provavelmente irá se comunicar pela fala e sua educação se voltará ao ensino da língua oral, além de submeter-se aos recursos médicos e tecnológicos para que possa desenvolver essa linguagem. Já o sujeito pré-lingual é aquele que nasceu surdo ou que adquiriu a surdez desde muito pequeno (aproximadamente até os dois anos de idade), em momento anterior à aquisição de um sistema de linguagem. O surdo pré-lingual provavelmente encontrará nas línguas de sinais a ferramenta linguística para a comunicação e desenvolvimento do pensamento.

Quadros (1997) afirma que o desenvolvimento da linguagem de uma criança surda e de uma criança ouvinte ocorre de maneiras diferentes. A criança ouvinte desde os primeiros meses de vida, primeiramente, brinca com as mãozinhas e depois inicia o balbucio oral e aprende o sistema de sua língua materna. Da mesma forma, a criança surda também, de início, brinca com as mãozinhas na frente dos olhos, porém interrompe o balbucio oral e começa o balbucio manual, caso conviva com pessoas que utilizam a língua de sinais.

Porém, Fernandes (2007) ressalta que 90% das crianças surdas nascem num lar de famílias ouvintes que desconhecem a língua de sinais. “É muito pequeno o número de surdos que conseguem seu desenvolvimento linguístico nos padrões de normalidade” (FERNANDES, 2007, p.107).

Enquanto a apropriação da linguagem da criança ouvinte ocorre por meio da audição e da fala, as crianças surdas não conseguem apropriá-la de forma natural, uma vez que não há a via de acesso: a audição, explicam as autoras Bolsanello, Galuch e Silva (2011).

Sacks (1997) diz que ser deficiente de linguagem é uma das calamidades mais terríveis para o ser humano, pois é somente por meio da língua que vivenciamos a nossa cultura, nos comunicamos com outras pessoas e obtemos e compartilhamos informações. “Se não pudermos fazer isso, ficaremos incapacitados e isolados, de um modo bizarro – sejam quais forem os nossos desejos, esforços e capacidades inatas” (SACKS, 1997, p.22).

Conforme Goldfeld (1997), o indivíduo que não adquire um sistema de linguagem não consegue perceber as relações e o contexto do mundo em que vive, pois para isso seria imprescindível que o seu pensamento fosse orientado pela linguagem. A autora (1997) explica que a linguagem possui função comunicativa e de constituição do pensamento, “é no significado da palavra que o pensamento e a linguagem se unem e formam o pensamento linguístico” (GOLDFELD, 1997, p.53).

Goldfeld (1997) esclarece:

[...] a linguagem além de ter uma função comunicativa exerce também as funções organizadora e planejadora, ou seja, é o instrumento do pensamento mais importante que o homem possui, percebe-se o quanto a criança surda que sofre atraso de linguagem fica em desvantagem em relação às crianças que adquirem a linguagem naturalmente. A aquisição da linguagem provoca um padrão de desenvolvimento cognitivo da criança (GOLDFELD, 1997, p.57).

Em relação ao pensamento conceitual, Goldfeld (1997) destaca que ele não é inato e para alcançar esse tipo de pensamento é necessário que a criança percorra um longo processo. A criança, com a ajuda de um adulto, aprende por meio de suas relações sociais, os conceitos do mundo em que vive e passa a utilizá-los. O conceito é uma forma de organização que desvincula o homem do concreto, permitindo a construção de ideias abstratas. A ausência do conceito portanto, é um grande obstáculo na aquisição da linguagem das crianças surdas. Devido a esta dificuldade, a conversa limita-se em assuntos concretos, ou seja, “impossibilita que a criança dê o salto de pensamento sensorial para o pensamento racional, a principal característica do ser humano” (GOLDFELD, 1997, p.67).

A privação da linguagem causa no sujeito transtornos intelectuais, emocionais e sociais. Segundo Sacks (1997), os surdos sem o conhecimento de um sistema de linguagem podem, de fato, ser considerados deficientes intelectuais, “e de um modo particularmente cruel, pois a inteligência, embora presente e talvez abundante, fica trancado pelo tempo que durar a ausência de uma língua” (SACKS, 1997, p.32).

Silva (2008) explica que a língua de sinais surge na vida da criança surda como uma compensação necessária para superar os transtornos causados pela surdez. Portanto, como afirma Gesser (2009, p.76), “não é a surdez que compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua”.

No entanto, Silva (2008) esclarece que não basta somente ensinar a língua de sinais aos sujeitos surdos, acima de tudo é preciso que esse sistema de linguagem seja uma ferramenta para induzir o surdo ao conhecimento.

Libras

Conforme já mencionado no início deste trabalho, as línguas de sinais são sistemas linguísticos que possuem características espaços-visuais, isto é, sua execução é feita por meio da utilização da visão e do espaço, ignorando os canais oral-auditivos. Para cada língua de sinais há uma gramática própria, desse modo, a língua de sinais não pode ser considerada universal, pois cada comunidade surda de países diferentes possui sua própria língua de sinais.

Além de possuir estrutura própria, a língua de sinais é autônoma, uma vez que seu sistema linguístico é independente da linguagem oral. Gesser (2009, p.27) ressalta que:

“Linguisticamente, pode-se afirmar que a língua de sinais é língua porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, por que é humana”.

Libras é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras, sendo reconhecida como meio legal de comunicação pela Lei Federal nº10.436 em abril de 2002 (BRASIL, 2002) e regulamentada pelo Decreto Federal nº5.626 em dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Segundo Fernandes (2007), a regulamentação acarretou grandes avanços para a comunidade bilíngue das pessoas surdas, a autora (2007) elenca algumas mudanças sociais, tais como:

- A difusão da língua de sinais na sociedade e sua utilização no espaço escolar;
- A disseminação de pesquisas e trabalhos acadêmicos, problematizando os postulados teóricos e metodológicos vigentes nos últimos anos e viabilizando caminhos para a concretização da educação bilíngue;
- A formação de profissionais bilíngues como professores especializados e intérpretes de língua de sinais;
- O desenvolvimento de propostas de educação bilíngue, incorporando a língua de sinais como primeira língua seguida da aprendizagem da língua portuguesa, como segunda língua do currículo escolar;
- A potencialização do aspecto pedagógico em detrimento do aspecto clínico no processo educacional;
- O resgate dos educadores Surdos como mediadores fundamentais em propostas de educação bilíngue para Surdos (FERNANDES, 2007, p.77).

Libras como disciplina curricular

Como já referido nesse estudo, foi por meio do Decreto Federal nº. 5.626 (BRASIL, 2005) que o ensino de Libras tornou-se componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores, em nível médio e superior, e de Fonoaudiologia. Fernandes (2007, p.93) ressalta que esta conquista foi muito importante para a cidadania bilíngue dos surdos, “pois prepara o futuro educador para a reflexão sobre formas alternativas de comunicação e interação como requisito de acesso aos conteúdos acadêmicos”.

O curso de Pedagogia da UEM organizou uma matriz curricular com o componente “Introdução à Libras” em 2009, sendo ofertado pela primeira vez em 2010, com carga

horária de 68 h/a e ministrada por uma professora surda. Cabe reafirmar que o curso de pedagogia foi o primeiro na UEM a adotar a Libras em uma matriz curricular.

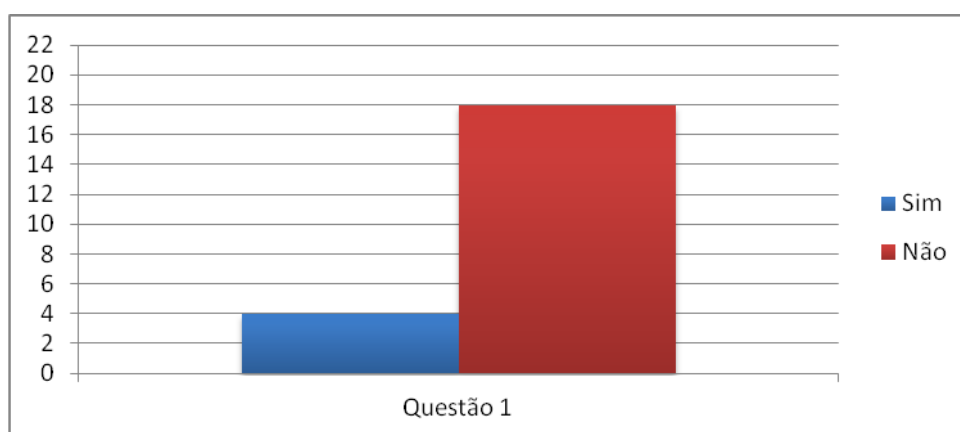
Segundo a ementa deste componente curricular, o objetivo primordial é apresentar conhecimentos básicos da Libras a fim de que o acadêmico, como futuro educador, estabeleça uma comunicação funcional entre surdos e ouvintes dentro da escola, contribuindo para a inclusão de pessoas surdas na sala de aula, além de legitimar a Libras como segunda língua oficial brasileira.

Metodologia

A pesquisa de campo resultou da aplicação de um questionário formulado para avaliar a disciplina “Introdução à Libras” oferecida para o curso de Pedagogia.

O referido questionário foi composto por 10 perguntas sobre a relação dos alunos com o componente curricular “Introdução à Libras”. Este foi aplicado em sala de aula, em horário cedido por uma professora da turma, no segundo semestre de 2011. Responderam ao questionário 22 alunos que cursaram o referido componente curricular no primeiro ano do curso (2010) de Pedagogia da UEM no período da manhã.

Questão 1) Você já possuía conhecimento sobre a língua de sinais antes de estudar a disciplina “Introdução à Libras”?

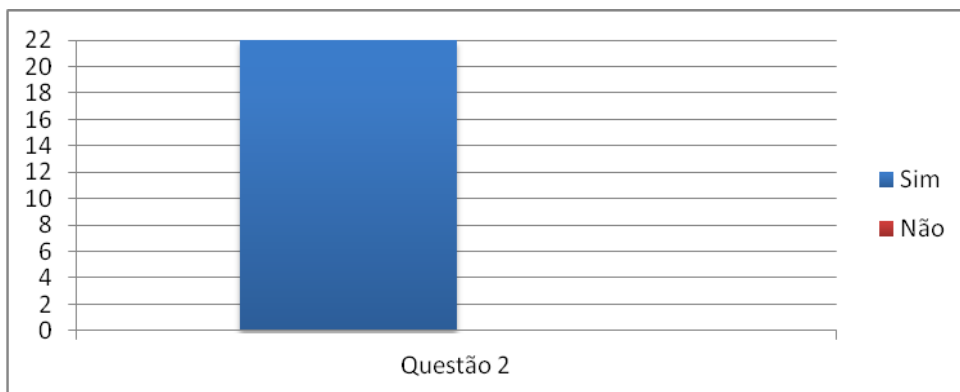


Fonte: Elaborada pela autora

Verifica-se que a maioria dos alunos declarou que, até então, nunca tiveram contato com a língua de sinais. Porém, em relação à minoria, que afirmou que já havia tido contato com a Libras, disseram que foi por meio da mídia, de conhecidos e da disciplina de Libras

quando cursavam o magistério. Contudo, classificaram esses conhecimentos como insuficientes.

Questão 2) Você considera importante a disciplina “Introdução à Libras” para a sua formação?

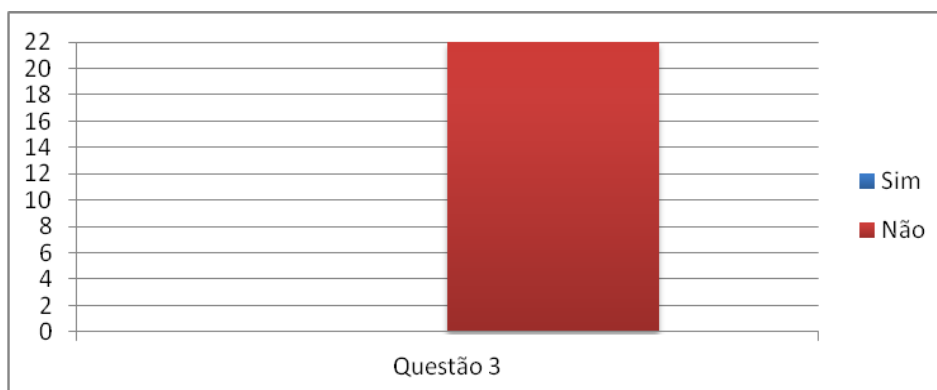


Fonte: Elaborada pela autora

A resposta foi única para todos os alunos. Eles consideram importante a disciplina de Libras para a formação do pedagogo e as principais respostas para a justificativa foram as seguintes:

- preocupação com a inclusão dos alunos surdos na sala de aula;
- obter uma visão mais ampla sobre o campo de atuação do pedagogo;
- comunicar-se com os alunos surdos;
- compreender as diversas possibilidades de ensino;

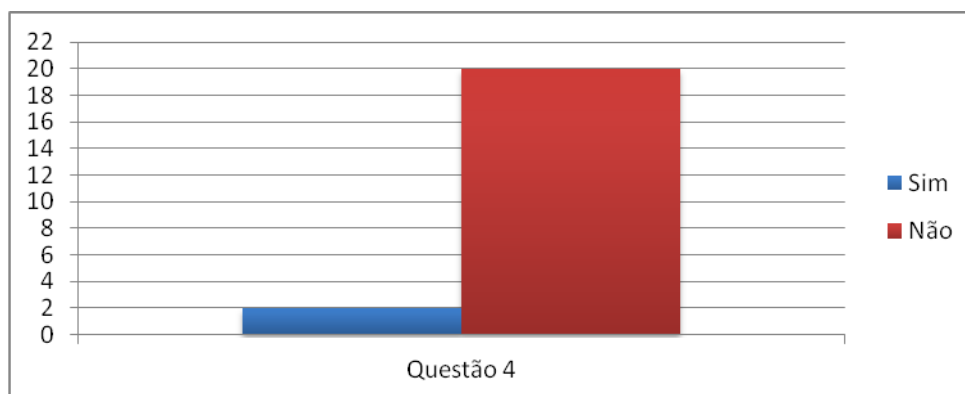
Questão 3) Você considera a carga horária da disciplina de Libras suficiente para a sua formação?



Fonte: Elaborada pela autora

Todos os alunos declararam que a carga horária de 68 h. aula é insuficiente para a compreensão plena da língua de sinais e para comunicar-se com uma pessoa surda. Além de afirmarem que não há uma continuidade no processo da disciplina, cujo aspecto é importante para a aprendizagem da Libras.

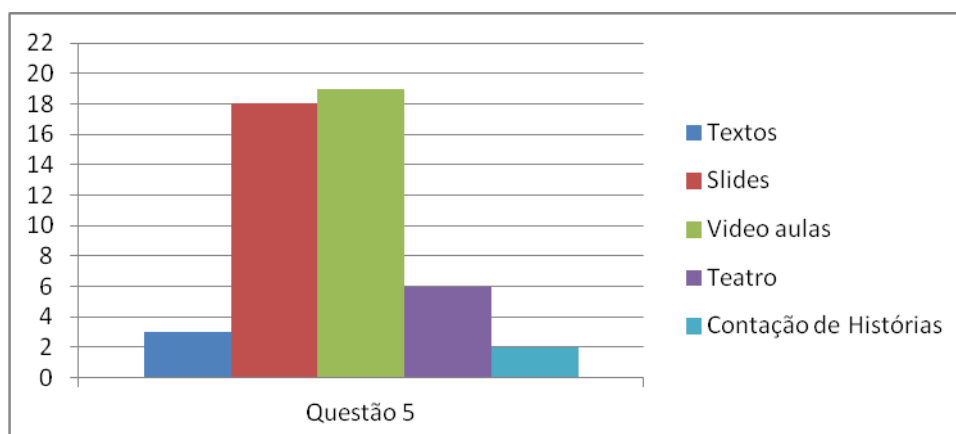
Questão 4) Você enfrentou dificuldades na interação com a professora de Libras?



Fonte: Elaborada pela autora

Quase 90% dos alunos afirmaram que não tiveram problemas de comunicação com a professora surda, pois ela se mostrava paciente e expressiva. Alguns alunos, no entanto, disseram que enfrentaram dificuldades na interação das aulas, pois era preciso pedir a professora que repetisse, mais de uma vez, as palavras a fim de compreender o assunto.

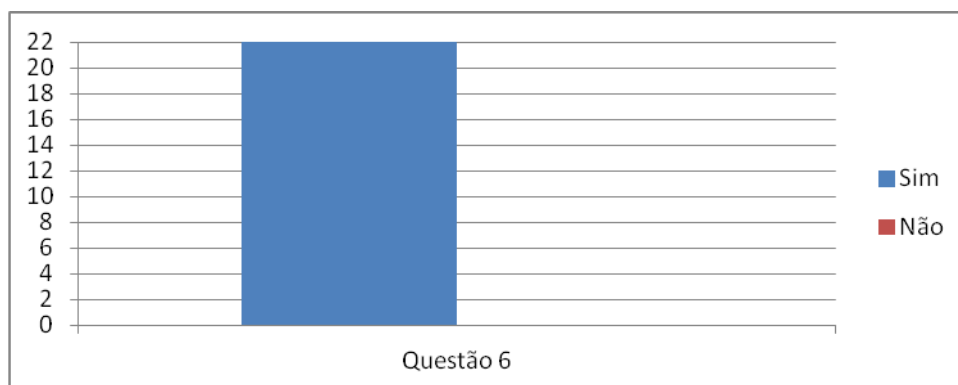
Questão 5) Quais foram os recursos adotados pela professora na condução das aulas?



Fonte: Elaborada pela autora

O gráfico demonstra que a professora empregou recursos visuais diversos para a condução de suas aulas. A apresentação de slides por meio do data show e vídeo-aulas foram os recursos mais citados pelos alunos.

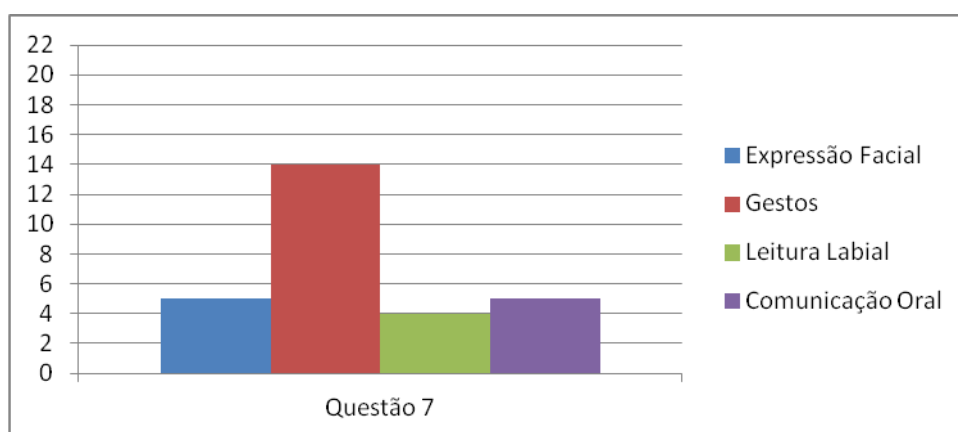
Questão 6) A metodologia empregada alcançou o objetivo de sistematizar o conhecimento sobre Libras, tornando-o acessível à turma?



Fonte: Elaborada pela autora

A despeito da identificação da insuficiente carga horária da disciplina, com relação à metodologia empregada pela professora, os alunos foram unânimes ao apontá-la como eficaz, pois ampliou uma nova visão sobre a língua de sinais.

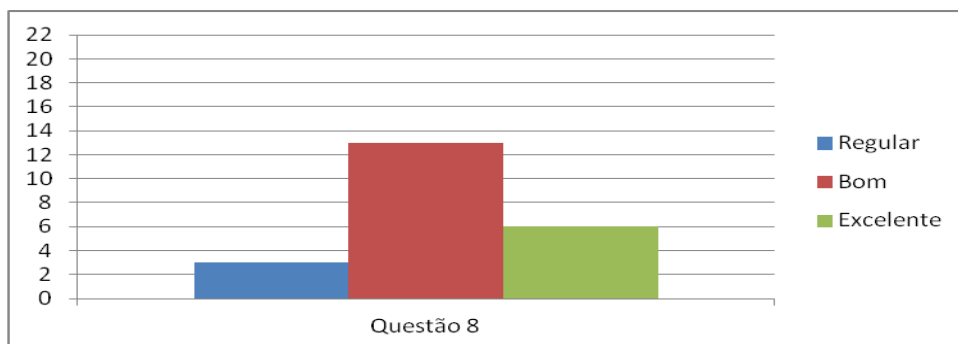
Questão 7) Quais foram as estratégias de comunicação empregadas pela professora de Libras na sala de aula?



Fonte: Elaborada pela autora

Os gestos feitos pela professora, segundo os alunos, foram os recursos mais utilizados como meio de comunicação durante as aulas.

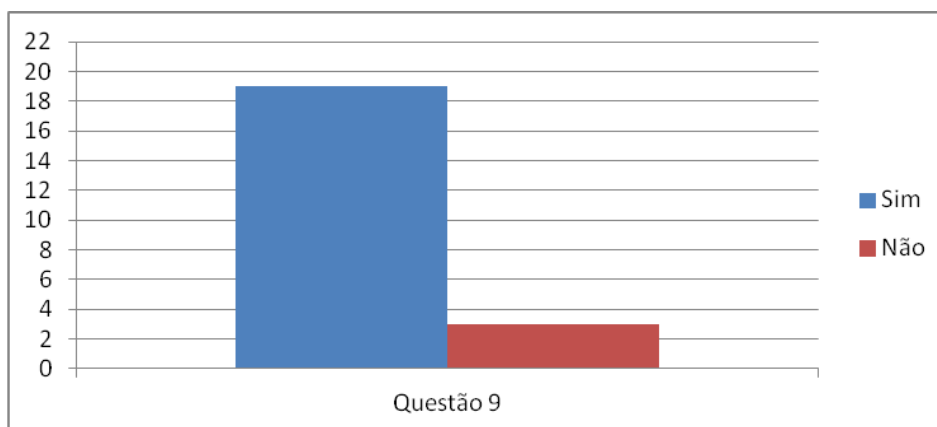
Questão 8) Como você avaliaria sua experiência comunicativa com a professora de Libras?



Fonte: Elaborada pela autora

A maioria dos alunos ressaltou que, pelo fato de a professora ser uma pessoa extremamente expressiva e paciente, não tiveram dificuldade de interação nas aulas. No entanto, alguns alunos afirmaram que era possível apenas comunicar com a professora somente os conteúdos básicos.

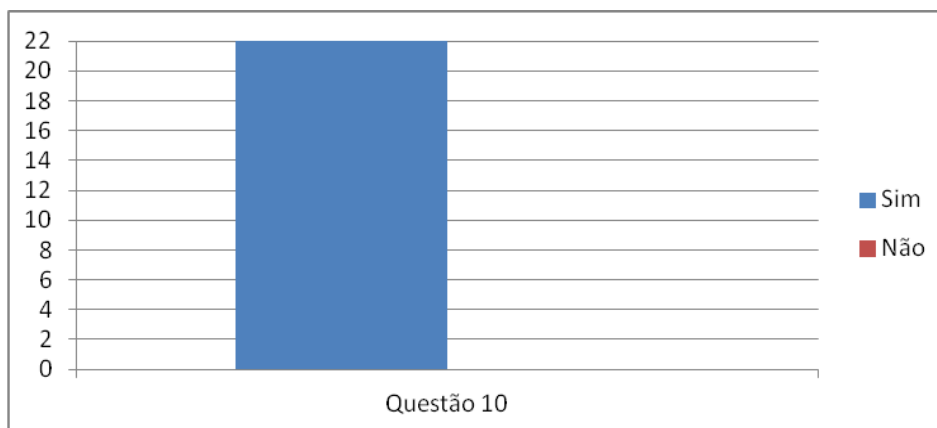
Questão 9) Você deseja dar prosseguimento nos níveis intermediários e aprofundado, aos estudos iniciados na disciplina de Libras?



Fonte: Elaborada pela autora

Alguns alunos afirmaram que desejariam continuar os estudos sobre a língua de sinais, uma vez que o conteúdo básico aprendido na disciplina do curso é insuficiente para receber um aluno surdo em sala de aula. Porém, alguns disseram que a educação especial não é a área com a qual tenham se identificado a ponto de buscarem aprofundamentos nos estudos sobre o assunto.

Questão 10) A disciplina favoreceu uma mudança na sua forma de avaliar a importância da língua de sinais?



Fonte: Elaborada pela autora

Todos os alunos responderam que a disciplina proporcionou uma visão mais ampla sobre a importância da língua de sinais, pelos seguintes motivos:

- A percepção da falta de pessoas especializadas para trabalhar na área;
- A compreensão de que as pessoas surdas também se comunicam e qualquer pessoa ouvinte e que tenha interesse na área, pode aprender Libras e comunicar-se com os surdos;
- O entendimento que a Libras é uma língua complexa e que requer tempo para o seu aprendizado, tanto para pessoas ouvintes ou surdas;

Considerações Finais

Primeiramente, consideramos louvável o fato de a UEM atender a legislação, que torna obrigatória a disciplina de Libras nas diferentes licenciaturas. Isso mostra que há respeito por parte dessa instituição de ensino superior, com a legislação que ampara o ensino voltado às pessoas com deficiências e ainda, que a compreensão acerca da diferença é uma marca na formação dos novos educadores.

O fato de a disciplina de Libras na turma investigada ter sido ministrada por uma professora surda, ajuda a promover uma superação de mitos e preconceitos dos acadêmicos em relação à surdez. A disciplina além de expor ao aluno a importância do uso de língua de sinais, mostra que difundir a Libras é o primeiro passo para integrar o indivíduo surdo na sociedade. No entanto, constatamos que a disciplina apenas anuncia a existência de um

universo de conhecimentos que envolvem a surdez, mas não torna o acadêmico um usuário fluente da língua. Quadros e Paterno (2006) explicam que:

Os professores que tiverem tido a disciplina de língua de sinais na graduação possivelmente não serão fluentes na Libras para ministrar aulas diretamente nessa língua, mas já terão desconstruído alguns dos mitos sobre os surdos e sua língua. Isto terá impacto na sala de aula quando estiver diante do aluno surdo (QUADROS; PATERNO, 2006, p.19).

Nas questões levantadas, observamos que os acadêmicos consideram a carga horária da disciplina de Libras insuficiente para a sua formação, além de não haver uma continuidade dos assuntos abordados no decorrer do curso. Porém, aos serem questionados sobre o desejo de prosseguimento do estudo de Libras, alguns alunos responderam que esta não é uma área com qual tenham se identificado a ponto de desejarem aprofundamento no assunto.

Diante disso, percebemos que os futuros professores ainda pensam que o ensino de Libras seja algo opcional, apesar do MEC afirmar que a escola deve proporcionar uma educação inclusiva para todos. Ora, o conhecimento sobre ferramentas de acessibilidade é hoje uma necessidade para todos os educadores.

Cabe considerar que a matriz curricular do curso de Pedagogia contempla, além da Libras, uma disciplina intitulada NEE – Necessidades Educacionais Especiais – para estudar questões afetas à educação especial. Contudo, conforme a pesquisa desenvolvida por Carvalho (2011), a imensa maioria dos cursos de formação de licenciados na UEM tem a Libras como única disciplina afeta a esse tema, não preparando o futuro educador para a realidade da inclusão escolar.

Embora seja importante colocar a surdez em evidência, esse estudo nos remete a um questionamento: e os saberes específicos que envolvem as outras deficiências? O professor em formação não precisa se envolver com eles? Estas são algumas das reflexões que julgamos relevantes para acadêmicos e professores e que acreditamos que poderão orientar futuras pesquisas.

Referências

BOLSANELLO, M. A; GALUCH, M. T.B; SILVA, T. dos S. A. Linguagem e Desenvolvimento intelectual da criança surda. In: **International Studies on Law and Education**. Set-Dez/2011. CEMOROC-Feusp/IJL – Univ. do Porto.

BRASIL. **Decreto 5.626/05**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 26 de Ago. 2011, 19:30:30

_____. **Lei 7611/11**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> Acesso em: 28 de Jan. 2012, 12:30:30

_____. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 5 de Ago. 2011; 16:30:30

_____. **Lei 10.436/02**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 3 de Ago. 2011, 14:30:30

CAMPELO, Ana Regina e Souza; PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin Lilian; STUMPF, Marianne Rossi; REZEENDE; Patrícia Luiza Ferreira; MARQUES, Rodrigo Rosso; MIRANDA, Wilson de Oliveira. **Carta aberta ao ministro da educação**. 2012. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/2996564/1123976952/name/CARTA+ABERTA+DOS+DOUTORES+SURDOS+AO+MINISTRO+MERCADANTE.pdf>> Acesso em: 17 de Jul, 2012, 22:30:30

DUBOC, Maria José Oliveira. Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.31, p.119-130, jul/dez. 2004.

FERNANDES, Sueli. **Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva: Educação de Surdos**. Curitiba: Ibpx, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **Linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo. Plexus. 1997

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LURIA, Alexander Romanovich. Psicologia experimental e desenvolvimento infantil. In: VYGOTSKY, Lev Semióvich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone Editora, 1998.

PARANÁ. **Lei 12095/98**, de 19 de novembro de 2009. Reconhece oficialmente, pelo Estado do Paraná, a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Curitiba – Pr. 2008.

POLÔNIO, Fernanda de Carvalho. **A formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de licenciatura na Universidade Estadual de Maringá**. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá – Pr. 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____; PATERNO, Uéslei. Políticas lingüísticas: o impacto do decreto 5626 para os surdos brasileiros. In: **Revista Espaço**. INES/ MEC. Rio de Janeiro, Jan-Dez / 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

SILVA, Tânia dos Santos Alvarez. **A aquisição da escrita pela criança surda desde a educação infantil**. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba-Pr. 2008.

VYGOTSKY, Lev Semióvich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.